



2 de Setembro de 2020

3 horas

**SIMULAÇÃO DE EXAMES DE ACESSO AO CEJ
(Exame)**

A presente prova é composta por 2 grupos de questões, ambos de resposta obrigatória.

I

Considere a seguinte matéria de facto provada:

1. Os arguidos Pedro, Luís, Ana e Maria, que são amigos, decidiram, no passado mês de Junho, passar alguns dias de férias numa praia da costa alentejana.
2. Consumindo todos esporadicamente haxixe, lembraram-se de comprar um bocado de haxixe para consumirem enquanto lá estivessem.
3. Encarregaram o Pedro de contactar um seu conhecido para obter o haxixe, o que ele veio a fazer, tendo comprado, no dia 8 de Junho, cerca de 20 gramas de haxixe, pagando cada um deles um quarto do preço.
4. Na sexta-feira seguinte, deslocaram-se todos no automóvel do Luís para a casa que tinham arrendado na praia.
5. Na sequência de uma busca a essa habitação, a polícia veio a encontrar no quarto ocupado pelo Pedro e pela Ana o haxixe antes adquirido, tendo-se então verificado que se tratava de uma porção de resina de canábis que pesava 21,7 gramas.
6. Os arguidos conheciam a natureza da substância apreendida, sabendo que ela tinha sido adquirida pelo Pedro, a pedido dos restantes e com dinheiro de todos, pretendendo

todos vir a consumi-la enquanto estivessem de férias, tendo querido agir da forma como o fizeram.

7. Sabiam que a aquisição, a detenção, a cedência e o consumo de haxixe eram proibidos pela lei.

Qualifique jurídico-penalmente a conduta dos arguidos.

II

Considere os seguintes factos:

1. Dois irmãos (João e Mário), pretendendo abrir um hotel na Comporta, num “monte” do qual eram co-herdeiros, contrataram, em dezembro de 2016, com o Banco X, com sede em Lisboa, o empréstimo de € 6.000.000,00, mediante o pagamento de juros, à taxa de 12% ao ano, obrigando-se, solidariamente, a devolverem a quantia emprestada no prazo de 20 anos.

2. O monte foi dado de hipoteca pelos mutuários como garantia da obrigação de reembolso da quantia mutuada e do pagamento de juros remuneratórios.

3. O dinheiro emprestado foi gasto nas obras de construção do hotel, o qual abriu no final de 2019.

4. O hotel encerrou em Março de 2020, devido à crise turística gerada pela pandemia COVID-19, acumulando diariamente prejuízos, sem que ainda tenha reaberto.

5. João, que era proprietário da casa onde residia, em Cascais, temendo que este imóvel, no futuro, viesse a responder pela dívida contraída junto do Banco X, face à insuficiência do bem hipotecado, decidiu transmitir a propriedade daquela casa para pessoa da sua confiança.

6. Concretizando essa sua intenção, em junho de 2020, concluído com Gustavo, seu amigo e confidente residente em Estocolmo, outorgou com este um contrato-promessa de compra e venda, tendo por objeto a sua casa em Cascais, no qual foi acordada a celebração do negócio prometido em junho de 2020, pelo preço de € 1.000.000,00.

7. No prazo acordado foi celebrada a respetiva escritura de compra e venda, num Cartório, em Setúbal.

8. João é proprietário de joias no valor de € 3.000.000,00, e titular de obrigações e ações no valor de € 4.000.000,00, e o seu irmão Mário é proprietário de vários prédios no valor global de € 10.000.000,00.

A - Pronuncie-se sobre a possibilidade do Banco X impugnar judicialmente o negócio celebrado entre João e Gustavo.

B - Qual o tribunal competente para apreciar a ação que venha a ser proposta pelo Banco X?

C - Quais as consequências se na contestação a esta ação for invocada a simulação absoluta do negócio impugnado e os respetivos factos forem julgados provados?

Observações:

As cotações das perguntas são as seguintes:

- Grupo I - 10 valores.
- Grupo II:
 - A - 6 valores.
 - B - 2 valores.
 - C - 2 valores.

Na avaliação das respostas serão tidos em conta, além do mais, o rigor conceitual e a clareza da exposição.